Formação de leitores em contexto socioeducativo

Vanusa Maria de Melo
Ana Clara de Oliveira Peixoto

Resumo
Este artigo analisa práticas literárias desenvolvidas pelo projeto Escrevivendo a Liberdade, implementado desde 2019 em unidades de internação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ), com foco nas oficinas realizadas no CENSE João Luiz Alves. O objetivo é discutir os impasses e as possibilidades da formação de leitores em contextos de privação de liberdade. A análise fundamenta-se na observação participante das oficinas e em registros sistemáticos de um diário de bordo, examinados à luz do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989). O referencial teórico articula o direito à literatura, a escrevivência e a leitura literária como experiência de liberdade e desconforto criativo. Os registros evidenciam tensões entre a lógica institucional e as práticas educativas, mudanças na relação de servidores com as oficinas e formas de participação dos adolescentes, como a demanda por textos humorísticos. Conclui-se que a literatura favorece a expressão, a reelaboração de experiências e a afirmação de direitos, embora a rotatividade dos participantes e a descontinuidade das medidas dificultem a formação leitora em perspectiva processual.
Palavras-chave: Socioeducação. Formação de leitores. Escrevivência.

Abstract
This article analyzes literary practices developed by the Escrevivendo a Liberdade project, implemented since 2019 in youth detention facilities managed by the General Department of Socio-Educational Actions of Rio de Janeiro (DEGASE/RJ), with a focus on workshops held at CENSE João Luiz Alves. It aims to discuss the challenges and possibilities of reader formation in contexts of deprivation of liberty. The analysis is based on participant observation of the workshops and systematic field journal records, examined in light of Carlo Ginzburg's (1989) evidential paradigm. The theoretical framework brings together the right to literature, escrevivência, and literary reading as an experience of freedom and creative discomfort. The records reveal tensions between institutional logic and educational practices, changes in staff members' attitudes toward the workshops, and forms of adolescent participation, such as the demand for humorous texts. The article concludes that literature fosters expression, the reinterpretation of experiences, and the affirmation of rights, although participant turnover and the discontinuity of socio-educational measures hinder the development of reading practices as a sustained process.
Keywords: Youth detention. Reader formation. Escrevivência.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, discutimos impasses e possibilidades na trajetória de formação de leitores no âmbito do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ), órgão gestor das medidas de socioeducação aplicadas a adolescentes acusados de cometimento de atos infracionais. Trata-se do percurso do projeto Escrevivendo a Liberdade, coletivos de educadores populares, atuantes no contexto desde 2019, em parceria com outro projeto de extensão da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulado "Do cárcere à universidade".

Metodologicamente, as análises aqui presentes são fundamentadas na observação da prática cotidiana das autoras, que também desenvolvem as oficinas em foco neste estudo. Além disso, são analisadas anotações do "diário de bordo", elaboradas para registrar a rotina do projeto, os encontros nos quais as atividades transcorrem, reflexões sobre as práticas descritas, os métodos empregados. Também no diário são anexados textos trabalhados nos encontros. Para empreender tais análises, assim como feito na tese *Mudando o final*: experiência estética em atividades de leitura literária na prisão, para além da remição de pena (Melo, 2024), lançamos mão da ideia de "saber indiciário" proposto por Carlo Ginzburg (1989), pois não há, na observação aqui proposta possibilidades de termos base de análise em dados concretos. O que notamos aqui são indícios que podem orientar nossas observações.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, este artigo toma como referência as experiências vivenciadas nas oficinas do projeto Escrevivendo a Liberdade realizadas entre 2024 e 2025 no João Luiz Alves, considerando a trajetória mais ampla da iniciativa em unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ). O material analisado foi constituído a partir de registros compartilhados pela equipe do projeto em um grupo de comunicação, por meio de mensagens escritas e áudios, utilizados na reflexão sobre as experiências das oficinas. A seleção dos episódios privilegiou situações presenciadas conjuntamente pelas autoras e consideradas relevantes para a discussão da formação de leitores, com atenção especial às experiências relacionadas ao humor e à participação dos adolescentes nas práticas literárias. O trabalho analítico envolveu a releitura dos registros e a discussão dos episódios considerados significativos, em diálogo com o

paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, mobilizado para interpretar situações singulares como pistas para a compreensão das possibilidades e dos limites da mediação literária no contexto socioeducativo. Nesse percurso, as autoras assumem sua posição de participantes das experiências analisadas, articulando a vivência nas oficinas à reflexão sobre as práticas pedagógicas. Para preservar a identidade dos adolescentes, seus nomes foram omitidos ou substituídos na apresentação dos episódios.

A estratégia do autor se opõe à técnica generalizadora própria da quantificação comum no padrão científico convencional. A menção ao célebre investigador Sherlock Holmes, personagem clássico de Conan Doyle, pode ser explicada pelo fato de o amigo de Watson trabalhar, para suas descobertas, a partir da leitura minuciosa de pistas, das quais muitas vezes os leitores não dão conta (Ginzburg, 1989).

Assim, entre os muitos aspectos relevantes quando atentamos para práticas educativas entre adolescentes privados de liberdade, destacaremos situações que exigem debate em torno da importância de um trabalho de formação de leitores e de estímulo à escrita literária, acerca também das tensões e impasses que surgem nas relações cotidianas entre servidores técnicos e agentes de segurança socioeducativa e as educadoras e adolescentes participantes do projeto e entre as educadoras e o grupo participante.

O trabalho realizado no âmbito do projeto é orientado pelo legado de Antonio Candido (2017) acerca do direito fundamental à literatura. Para o autor, a literatura é um direito do qual não se abre mão. Soma-se a essa perspectiva, a escrevivência de Conceição Evaristo (2017). Grosso modo, escrevivência é a escrita afrodiaspórica de mulheres negras, o exercício da escrita literária por sujeitas antes silenciadas, um modo de, partindo do particular, fazer ouvir vozes coletivas (Evaristo, 2017). No projeto, o alcance da escrevivência é ampliado para chegar aos meninos privados de liberdade, quase todos vindos de favelas e outras regiões fluminenses periféricas, em geral, excluídos de processos educacionais formais e habituados a uma vivência de violação de direitos (Mendes; Julião, 2019). Também neste artigo somos guiadas por essas orientações e pelo entendimento de que a literatura tem potencial para humanizar as relações e para fazer enxergar a si mesmo e ao outro de maneira menos superficial do que a rotina permite (Andruetto, 2012).

BREVE HISTÓRIA DA ATUAÇÃO

Estando presente no DEGASE desde 2019, quando foram oferecidas oficinas na unidade feminina Centro de Socioeducação Professor Antonio Carlos Gomes da Costa (CENSE PACGC), o projeto Escrevivendo também atuou junto a servidores de diversas unidades, tanto em formato remoto durante a pandemia de COVID-19, quanto em formato presencial, na Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire. Além disso, esteve, por dois anos na Casa Mãe-Mulher (Belford Roxo), entidade que existe em função de uma iniciativa de solidariedade da servidora do DEGASE Sandra Santos, motivada pelo desejo de acolher mulheres familiares de adolescentes internos da unidade Centro de Atendimento Intensivo da Baixada Fluminense (CAI-Baixada). Em seguida, o projeto ocupou a unidade Dom Bosco, por um ano e, atualmente, desenvolve oficinas no CENSE João Luiz Alves (JLA), unidade de realização das atividades aqui descritas.

Ao longo dos seis anos de atuação, as anotações de diário demonstram algumas mudanças significativas nas relações institucionais. Se inicialmente houve muitos episódios que representam, de certo modo, alguma disputa pelo espaço político para oferecer atividades literárias ou certa resistência ao trabalho proposto, hoje pode-se perceber maior aceitação.

Um exemplo da resistência inicial ao projeto, conforme registros em diário de bordo, era a demora para liberação da equipe entrar na unidade. Algumas vezes, a espera consumiu muitos minutos, até metade do tempo disponibilizado pela unidade para o trabalho. Houve situações em que somente foi possível entrar e conversar brevemente com as participantes, quando ainda da atuação na unidade feminina, em 2019 e em 2021, quando as atividades presenciais, após a pandemia já citada, voltavam, aos poucos, a serem garantidas. Em outras, não foi possível efetuar atividades porque o espaço físico destinado a isso estava sendo ocupado por atividades religiosas. Em tais situações, impasses logísticos criam um choque entre direitos, o da assistência religiosa e o da literatura (Melo, 2024).

A mudança que percebemos nesse sentido pode ser ilustrada por uma situação, indiciária (Ginzburg, 1989) de uma nova visão do papel do projeto e da literatura naquele ambiente. Durante atividade ocorrida no mês de abril de 2025, um agente de segurança socioeducativa interrompeu o trabalho para fazer um pedido. Ele gostaria de sugerir o nome de um adolescente para participação na oficina. Diante de nossa afirmação da vaga disponível, ele explicou seu interesse, afirmando que o menino em questão vinha tendo crises de ansiedade e ele acreditava que as oficinas poderiam ajudá-lo. Quando indagamos por que ele acreditava que o projeto poderia ajudar a minimizar o problema, o servidor afirmou: "eles ficam com outra cara quando ficam aqui lendo com vocês".

Com o relato do episódio, não pretendemos sugerir que a atividade possa funcionar de modo clínico no tratamento do transtorno de ansiedade. Sabemos que qualquer transtorno clinicamente diagnosticado deve ser tratado com as terapias e tratamentos indicados por profissionais da área de saúde. Na verdade, sequer tivemos oportunidade de entender o que o funcionário da unidade chamava de "crise de ansiedade". Mas sabemos, pela trajetória percorrida e com base em pesquisas da área (Mendes; Julião, 2019; "Sementes [...], 2024), que a ação violenta de contenção é mais comum do que a indicação de atividades educacionais ou culturais em casos de agitação nos alojamentos das unidades. Conforme a pesquisadora Juliana Vinuto Lima, em matéria destacada no site da Universidade Federal Fluminense (UFF): "Dar prioridade à educação, ao lazer, à cultura e à profissionalização já representa um passo importante, pois resultará em menos violência [...]" ("Sementes [...], 2024).

Entendemos que acontecimentos como o relatado podem colaborar para com os passos de que fala a estudiosa e, assim, talvez contribuir para o que apontam as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2016, art. 4, inc. I): "a prevalência da dimensão educativa sobre o regime disciplinar". Sabemos que o documento se refere à educação escolar, mas consideramos que o valor descrito no artigo destacado deva ser aplicado a qualquer iniciativa educacional desenvolvida no contexto da socioeducação.

Além de vivenciarmos episódios como esse, também é digno de nota que, desde 2024, não há suspensão da atividade, quer por acomodação de atividades internas, quer por priorização de atividades de natureza educativa.

LER PARA RIR E PARA ESCAPAR DA REALIDADE?

Entre os aspectos discutidos em nossa formação contínua de educadoras/es, em que o cotidiano nas oficinas é debatido à luz da teoria que selecionamos coletivamente para a tarefa, sempre com base na ideia da literatura como direito, sobressai o fato de os participantes da oficina pedirem para ler textos que façam rir. A necessidade do humor nos levou a pensar no papel da oficina na formação daqueles leitores. Não era de se desprezar o desejo do riso num contexto de privação de liberdade e frequentes acusações de violação de direitos. Porém, passou a nos inquietar o caminho único, embora o humor permita múltiplos olhares.

Nosso trabalho de curadoria nos indicou textos de autores que se enunciam como escritores que primam pelo humor. Do clássico Luiz Fernando Veríssimo a contemporâneos como André Pereira (2020), autointitulado "u-motorista", escritor e motorista de carros de aplicativo que fabula histórias envolvendo seus passageiros no livro *Umotorista e seus passageiros fantásticos*. Chegamos também ao humor ácido de Anderson França (2016), o Dinho de *Rio em shamas*.

Nesse ponto do trabalho, quando questionávamos nosso proceder, lembramos o episódio relato por Beatriz Oliveira do Nascimento (2021) em sua dissertação de mestrado, na qual relata experiências vividas enquanto professora de língua portuguesa em escola localizada em uma unidade do DEGASE. A autora conta que, tendo preparado atividade para aulas sobre poesia, selecionou letras de canções do renomado grupo de rap Racionais MC's, ouviu o pedido de um aluno: "professora, só não traz Racionais". Em sua análise, aqueles estudantes estavam saturados de trabalhos com as referidas músicas.

Estariam nossos interlocutores também cansados de textos "de realidade"? Nesse caso, evocamos outro exemplo importante para nossa reflexão. Trata-se da situação em que

Melo (2014) discorre sobre proposta de trabalho com cinema na prisão, quando também exercia a docência em uma escola localizada em um presídio do Rio de Janeiro. Em uma ocasião, um estudante solicitou: "queria pedir para não passar filme de realidade". Ambas as situações dão o que pensar sobre a possibilidade de se restringir o trabalho com pessoas privadas de liberdade a um nicho em que cabem poucos temas.

Em seu *A leitura, outra revolução*, a argentina María Teresa Andruetto (2017) conta ter trabalhado com adolescentes em cumprimento de medida de internação. Sua preocupação à época era:

> [...] encontrar algum tipo de literatura que lhes interessasse. Escolhi, então, contos fortes, em que aparecessem a pobreza e a violência, porque me parecia que, se eles haviam vivido essas experiências, seus interesses seriam bem diferentes dos de outras crianças e outros jovens daquela idade (Andruetto, 2017, p. 30).

Sem dúvida, admite a autora, com o que concordamos, era um preconceito e não funcionou (Andruetto, 2017). Nesse contexto, já conhecendo os caminhos percorridos pelas autoras (Andruetto, 2017; Melo, 2014; Nascimento, 2021), ficamos atentas à demanda dos participantes da oficina. Entretanto, lembremos nossa inquietação, que também diz respeito a recusar um trabalho literário que leve ao escapismo (Melo, 2014), pois nos parece que, assim, estaríamos nos afastando de nossa proposta, que leva em conta o papel de que fala Andruetto (2012), para quem a leitura literária proporciona ver mundos e ver a si mesmo e ao outro, muitas vezes causando algum desconforto ao leitor. Não nos favorecem as "[...] séries anódinas de rápida funcionalidade e pronto desaparecimento na memória dos leitores" (Andruetto, 2012, p. 63).

Desse modo, chegamos à crônica Fomes, de José Falero (2021), na qual o narrador, para contar um episódio familiar, inicia a narrativa relembrando um episódio do famoso desenho animado do Pica-Pau, em que o filhote do Urso, tendo visto falhar um plano do pai para conseguir alimentos dos turistas de um parque, procura consolá-lo: "deixe estar papai, comemos sementes" (Falero, 2021, p. 166). O narrador, então, conta ter adotado esse bordão em sua vida familiar, apesar de não ser dado a achar que tudo se resolve com o riso (Falero, 2021). Essa é sua deixa para relembrar um fato da vida em família, quando cupins "[...]

decidiram que era melhor amputar a perna da mesa" (Falero, 2021, p. 167). A solução encontrada foi construir outro móvel. Para a tarefa, juntaram pedaços de madeira e outros remendos.

Ao concluírem o trabalho, teriam os personagens se olhado com altivez, e um deles resume: "nunca saberei aonde o choro teria nos levado, mas o riso nos levou à arte" (Falero, 2021, p. 167). A crônica se encerra com uma interessante reflexão que retoma seu título. A família terminou o dia sem ter o que jantar, mas matou um tipo de fome: "E temos mais orgulho das fomes que ocasionalmente conseguimos matar do que vergonha das fomes que às vezes nos matam" (Falero, 2021, 167).

Obviamente, assim como o autor afirma não pretender, não temos intenção de fazer qualquer tipo de romantização da pobreza ou da fome, mas fazer pensar sobre os sentidos e possibilidades do humor. Dessa forma, a própria literatura nos permitiu encontrar o lugar, no meio do caminho, do riso. O encontro proporcionou risadas e memórias semelhantes às da crônica do escritor gaúcho.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO FORMATIVA E O CARÁTER PROCESSUAL

O projeto Escrevivendo a Liberdade prima pela formação continuada das educadoras e educadores populares que nele atuam, conforme documentos de fundação e depoimentos feitos em vídeos encontrados na plataforma YouTube[1]. Por isso, em reuniões quinzenais, realizadas de modo remoto e mensais, de maneira presencial, além de encontros avaliativos com os parceiros na unidade onde ocorrem as oficinas, são debatidas as atividades e feitos planejamentos, coordenados por um grupo de educadoras e educadores que participam de um grupo interno intitulado "eixo pedagógico".

Os encontros são precedidos da leitura do *diário de bordo*, que consta de relatos feitos sobre cotidiano do trabalho, com detalhamento das atividades, disponibilização dos textos lidos, de exemplos dos textos produzidos e da análise feita pela educadora responsável pelo

[1]PROJETO ESCREVIVENDO A LIBERDADE. Rio de Janeiro, 24 jul. 2020. Youtube: @ProjetoEscrevivendoaliberdade. Disponível em: https://www.youtube.com/@ProjetoEscrevivendoaliberdade. Acesso em 7 jul. 2025.

relato, que toma nota também das presenças, das situações que causam ausências e da movimentação dos participantes devido aos processos que enfrentam na Vara da Infância e Juventude.

Essa maneira de avaliar permite às pessoas mediadoras do projeto pensar sua prática juntos aos interlocutores, problematizando análises e explicitando os objetivos das atividades, algumas vezes chamadas de aula pelos participantes. Em um dos encontros, após cerca de vinte minutos de transcorrida a atividade, um novo participante perguntou "afinal de contas, que horas começa essa aula?". Sua inclusão no grupo aconteceu de maneira demasiadamente espontânea, faltou um momento inicial de contextualização.

Embora parecesse à vontade na roda iniciada com uma atividade de quebra-gelo em que todos sorteavam uma carta em que havia uma pergunta sobre modos de vida e comportamento, sem iniciada por "O que aconteceria se...", o adolescente não identificava ali características parecidas com uma aula, o que ele imaginava acontecer, porque, ao ser chamado no alojamento, o agente avisou que se tratava de um "curso". Interrompemos a atividade para que o grupo, então, procedesse a uma apresentação do projeto, feita principalmente pelos adolescentes.

A estranheza inicial cedeu lugar ao engajamento consciente no trabalho proposto. Ao final, avaliamos nossa estratégia, reconhecendo a lacuna deixada pela ausência de contextualização na apresentação do trabalho. O episódio explicita a importância da avaliação constante, pois:

> Não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige a prática, melhora a prática [...] (Freire, 1989, p. 47).

Nesse mesmo encontro, sentindo a ausência do participante mais antigo nas oficinas, naquele grupo então atual, indagamos o motivo aos responsáveis pela chamada nos alojamentos. Fomos informadas de que houve recusa de participação de sua parte. Tal comportamento nos pareceu atípico, pois o adolescente de quem falamos é sempre muito participativo e se mostra sempre envolvido com o trabalho. Entretanto, a técnica responsável

pelo seu atendimento, que é pedagoga, esclareceu que fazia sentido que ele estivesse desanimado, pois esperava ser liberado para a medida semiaberta, o que não aconteceu no momento esperado. De todo modo, não demoraria para ocorrer.

Casos como esse nos coloca em uma posição paradoxal. Ao mesmo tempo que desejamos que a vida do jovem siga pelos caminhos da liberdade, também tememos pela descontinuidade do trabalho em andamento. Não apenas o nosso, mas todo o processo socioeducativo empreendido, uma vez que o sistema de justiça não leva em conta as estratégias educacionais empregadas no DEGASE ao determinar a progressão de medida, sequer há comunicação efetiva entre as unidades de medida assistida ou de semiliberdade e a unidade de internação.

Desse modo, o caráter processual necessário para um projeto que pretende ser de formação de leitores e estímulo à escrita literária, fica seriamente prejudicado, pois nos falta até mesmo uma previsão do tempo de internação a ser cumprido.

Se, por um lado, o setor técnico do DEGASE, formado por profissionais de Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, tem a incumbência de redigir relatórios que dão conta do trabalho efetuado na unidade com cada adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e esse relatório exerce influência sobre as decisões da Vara responsável; por outro, o inverso não acontece. Isso significa que o sistema de justiça não emite um parecer detalhado sobre suas decisões, de modo que o setor técnico e os segmentos educacionais não recebem informações que possam apoiar seu trabalho.

Nesse sentido, por reconhecermos que a leitura literária "[...] nos propõe inquietação, insatisfação, intempérie" (Andruetto, 2017, p. 79) e que enfrentar tais emoções e situações não é simples, julgamos que tempo de maturação é um elemento fundamental para o sucesso da nossa jornada. Assim, a rotatividade de participantes em função do andamento dos processos já é um elemento negativo, pois afeta a constância e a regularidade exigidas pelo processo complexo de formar leitores. As dinâmicas da unidade, mediadas por agentes de segurança socioeducativa que nem sempre compreendem a importância do trabalho realizado, além das vicissitudes ocasionadas pelo trato jurídico pouco previsível, também afetam esse fazer processual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos analisar práticas literárias desenvolvidas pelo projeto Escrevivendo a Liberdade, semanalmente, em uma unidade de cumprimento de medida de internação. Para isso, demos especial atenção às dinâmicas e diálogos que acontecem entre as mediadoras das oficinas e os servidores, tanto técnicos quanto agentes de segurança socioeducativa, bem como à interação envolvendo os adolescentes participantes das ações.

Nesse contexto em que a violação de direitos antecede e atravessa a privação de liberdade, o trabalho literário originado da ideia de escrevivência e orientado pela perspectiva da literatura como direito, participamos da visão de Andruetto (2017), para quem a leitura literária é um tipo de revolução, pois "[...] ler, escutar, escrever é abrir para nós e para outros um caminho de liberdade (Andruetto, 2017, p. 105). Não por acaso, o projeto tem em seu nome a ação de escrever conjugada no gerúndio, o que transmite a ideia de ação em andamento, contínua, acontecendo. A noção de processo está inscrita aí, e leva à liberdade.

A palavra liberdade não é utilizada aqui como clichê, uma vez que ao pensar a leitura em seu papel na formação de sujeitos que podem pensar a si mesmos e na criação de possibilidades de imaginação, "[...] a leitura representa um espaço de liberdade que torna possível a experiência da autonomia" (Melo, 2024, p. 59).

Munidas dessas concepções, as pesquisadoras observam o impacto da leitura literária estimulada pelas oficinas e das experiências de escrita escrevivente, tendo percebido um crescimento do espaço político concedido às práticas de leitura literária. De todo modo, registram as autoras em seu diário de bordo utilizado para redigir este artigo, ainda é preciso construir estratégias que permitam a realização de um processo a médio ou longo prazo, algo fundamental para o amadurecimento da prática leitora.

Apesar dos desafios impostos pela lógica fragmentada do sistema socioeducativo, a experiência do Escrevivendo a Liberdade revela que a literatura pode abrir caminhos onde antes havia apenas contenção. Quando os adolescentes leem e escrevem a partir não só de suas próprias vivências, mas também de seus sonhos, dores e desejos, acionam dimensões

subjetivas frequentemente silenciadas pela institucionalização da violência. A leitura, nesse cenário, torna-se um gesto insurgente: atravessa os muros, desafia o tempo cronológico da medida e inscreve o agora como espaço de criação. A aposta na formação leitora, portanto, não é uma aposta ingênua: é um posicionamento ético e político, que afirma que mesmo nos espaços mais marcados pela exclusão, é possível cultivar liberdade, palavra que aqui se escreve em movimento, em gerúndio, e sempre com futuro.

Referências

ANDRUETTO, María Teresa. **A leitura, outra revolução**. Tradução: Newton Cunha. São Paulo: Ed. Sesc SP, 2017.

ANDRUETTO, María Teresa. **Por uma literatura sem adjetivos**. Tradução: Carmen Cacciacarro. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016**. Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2016. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 jul. 2025.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 6. ed., 1. reimpr. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo: 'minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra'.** [Entrevista cedida a Juliana Domingos]. **Nexo**, São Paulo, 26 maio 2017 [atualizado em: 28 dez. 2023]. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99. Acesso em: 5 jul. 2025.

FALERO, José. **Mas em que mundo tu vive?** São Paulo: Todavia, 2021.

FRANÇA, Anderson. **Rio em shamas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

MELO, Vanusa Maria de. **Aproveitando brechas**: experiência com cinema em escolas prisionais do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24107/24107.PDF. Acesso em: 3 jul. 2020.

MELO, Vanusa Maria de. **Mudando o final**: experiência estética em atividades de leitura literária na prisão, para além da remição de pena. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/67048/67048.PDF. Acesso em: 5 jul. 2025.

MENDES, Claudia Lucia Silva; JULIÃO, Elionaldo Fernandes (coord.). **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase, 2019. Disponível em: http://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Acervo/Detalhe/1056. Acesso em: 5 jul. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz de Oliveira. **"Professora, só não traz Racionais!"**: o ensino de poesia para alunos em cumprimento de medida socioeducativa em situação de privação de liberdade. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://profletras.ufrn.br/wp-content/uploads/2025/07/dissertacao-versao-3-revisao-final-real.pdf. Acesso em: 5 jul. 2025

PEREIRA, André. **Umotorista e seus passageiros fantásticos**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

"SEMENTES do mal": racismo e estigmatização no Degase. **Universidade Federal Fluminense** *(UFF)*, Niterói, 14 nov. 2024. Disponível em: https://www.uff.br/14-11-2024/sementes-do-mal-racismo-e-estigmatizacao-no-degase/. Acesso em: 5 jul. 2025.

SOBRE AS AUTORAS

Vanusa Maria de Melo é doutora e mestra em Educação pela PUC-Rio, com pesquisas sobre experiências estéticas, leitura e educação em contextos de privação de liberdade. É graduada em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela UERJ e especialista em Letramento(s) e Práticas Educacionais pelo CEFET/RJ. Atua no projeto de extensão "Do cárcere à universidade" (UERJ) e coordena o projeto Escrevivendo a Liberdade, desenvolvendo oficinas de escrita criativa e ações formativas com adolescentes privados de liberdade,

familiares e profissionais do sistema socioeducativo. Trabalha com remição de pena pela leitura e formação

Ana Clara de Oliveira Peixoto é doutoranda em Educação pela UFRGS e mestra em Educação pela UFRJ, com experiência em estudos de gênero, raça, classe, juventudes e privação de liberdade. Graduada em Produção Cultural pela UFF. Desenvolve pesquisas e ações de extensão voltadas à justiça social, letramento e direitos humanos no coletivo Escrevivendo a Liberdade. Sua trajetória articula cultura, educação e práticas decoloniais com jovens em contexto de internação socioeducativa.